

**ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS DE ENGENHARIA****1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO:**

**1.1 DAS CONDIÇÕES GERAIS E DOS DADOS SINTÉTICOS DA CONTRATAÇÃO:** contratação de empresa especializada **EM SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA PARA REALIZAÇÃO DE SONDAGEM A PERCUSSÃO (SPT) E ROTATIVA**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e nos Estudos Técnicos Preliminares e Memorial Descritivo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO	VALOR UNITÁRIO COM BDI	VALOR TOTAL COM BDI
1	SONDAGEM A PERCUSSÃO, EM TERRENO COMUM, COM ENSAIO DE PENETRAÇÃO, DIÂMETRO 3", INCLUSIVE DESLOCAMENTO DENTRO DO CANTEIRO E INSTALAÇÃO DA SONDA EM CADA FURO	965	METRO	1600	R\$ 141,26	R\$ 226.016,00
2	SONDAGEM ROTATIVA COM COROA DE DIAMANTE, EM ALTERAÇÃO DE ROCHA, DIÂMETRO BWG (60MM), INCLUSIVE DESLOCAMENTO DENTRO DO CANTEIRO E INSTALAÇÃO DA SONDA EM CADA FURO	965	METRO	160	R\$ 527,78	R\$ 84.444,80
3	SONDAGEM ROTATIVA COM COROA DE DIAMANTE, EM ROCHA Sã, DIÂMETRO BWG (60MM), INCLUSIVE DESLOCAMENTO DENTRO DO CANTEIRO E INSTALAÇÃO DA SONDA EM CADA FURO	965	METRO	80	R\$ 884,10	R\$ 70.728,00
4	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO E EQUIPE DE SONDAGEM E PERFURAÇÃO A PERCUSSÃO, COM TRANSPORTE ATE 50KM	965	UNIDADE	40	R\$ 8.456,54	R\$338.261,60
5	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO E EQUIPE DE SONDAGEM E PERFURAÇÃO ROTATIVA, COM TRANSPORTE ATE 50KM	965	UNIDADE	6	R\$ 13.679,89	R\$ 82.079,34

SECRETARIA REQUISITANTE

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL E  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

SECRETARIA EXECUTORA	SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL E SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA PARA REALIZAÇÃO DE SONDAGEM A PERCUSSÃO (SPT) E ROTATIVA
PROJETO BÁSICO	NÃO SE APLICA (serviço realizado sob demanda com locais a definir, conforme necessidade)
ORÇAMENTO	LUAN LEITE FEIJÓ
CUSTO ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO (Art. 23, § 2.º, Lei Federal nº. 14.133/2021)	R\$ 801.529,74 – IO = 12/2023
BASE DE PREÇOS	CATÁLOGO EMOP BDI de 26,46% (com desoneração)
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO (Art. 105, Lei Federal nº. 14.133/2021)	01 (um) ano
PRAZO DE VIGÊNCIA	01 (UM) ANO A PARTIR DA ASSINATURA DA ATA (prorrogável na forma da Lei)
MODALIDADE DA LICITAÇÃO (Art. 28, I, c/c 40, II, da Lei n.º 14.133/2021)	Pregão Eletrônico via SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	Menor preço global.
REGIME DE EXECUÇÃO	Empreitada por preço unitário.

## 2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 3. DA JUSTIFICATIVA:

A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA PARA REALIZAÇÃO DE SONDAGEM A PERCUSSÃO (SPT) E ROTATIVA justifica-se pelas razões relatadas a seguir:

O registro de preços é uma ferramenta que serve para futura e eventual contratação do objeto licitado, suprimindo as demandas existentes, quando do momento da requisição, não necessitando da reserva orçamentária em sua totalidade, utilizando os recursos financeiros de forma sustentável.

Faz-se necessária a contratação de sociedade empresária especializada para a execução dos serviços de sondagem a percussão (SPT) e rotativa objetivando atender as exigências técnicas necessárias no sentido de subsidiar o planejamento e elaboração dos projetos para obras de Engenharia/Arquitetura, em atendimento aos novos comandos da norma de regência de contratações públicas, especialmente com relação aos projetos voltados à captação de recursos junto aos Governos Federal e Estadual.

## 4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

**4.1. Dos Item(ns) de Maior Relevância Técnica:** descritos no 'Termo de Relevância' previamente juntado aos autos em anexo.

**4.2. Da Sustentabilidade:** os serviços prestados deverão, nos termos do art. 170, inciso VI, da Constituição Federal, e do art. 11, inciso IV, da Lei Nacional n.º 14.133/2021, incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

**4.2.1.** As construções e reformas devem seguir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU (Agenda 2030), com destaque para os seguintes:

**a)** Objetivo 1 – Saúde e Bem-Estar: segundo a OMS, as doenças pulmonares e respiratórias associadas à baixa qualidade do ambiente interno são 03 (três) das 05 (cinco) principais causas de morte. Desta forma, as construções e reformas devem primar por uma iluminação aprimorada e a melhor qualidade do ar e vegetação, características de edifícios sustentáveis, na esteira do Projeto Global *Better Places for People do World Green Building Council*, criando-se um mundo em que os edifícios não sejam apenas bons para o meio ambiente, reduzindo a poluição e melhorando a qualidade do ar, mas também ofereçam uma vida mais saudável, feliz e produtiva, beneficiando a saúde dos habitantes das cidades.

**b)** Objetivo 2 – Energia Limpa e Acessível: os projetos de construção e reforma devem privilegiar um consumo eficiente de energia, bem como o uso de energia renovável.

**c)** Objetivo 3 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico: deve ser observado que o crescimento da demanda por construções sustentáveis é proporcional a força de trabalho necessária para entregá-las.

**d)** Objetivo 4 – Indústria, Inovação e Infraestrutura: as edificações sustentáveis devem ser projetadas para garantir sua resiliência e adaptabilidade em meio às mudanças climáticas.

**e)** Objetivo 5 – Cidades e Comunidades Sustentáveis: a sustentabilidade das comunidades e das edificações deve ser garantida a longo prazo.

**f)** Objetivo 6 – Consumo e produção responsáveis: as construções e reformas devem promover os recursos e a eficiência energética, a infraestrutura sustentável e o acesso a serviços básicos e empregos “verdes”, privilegiando a indústria de construção civil, a qual tem papel importante na prevenção de resíduos por meio da redução, reciclagem e reutilização – Princípios de “Economia Circular”, em que recursos não são desperdiçados.

**g)** Objetivo 7 – Ação Contra a Mudança Global do Clima: considerando que os edifícios são responsáveis por mais de 30% das emissões globais de gases de efeito estufa, segundo a ONU, sendo, portanto, um dos principais contribuintes para as mudanças climáticas, deve-se privilegiar as construções sustentáveis, as quais detêm enorme potencial para combatê-las por meio de medidas como a eficiência energética.

**h)** Objetivo 8 – Vida Terrestre: construções ecológicas atraem a necessidade de reduzir o uso da água, valorizar a biodiversidade e garantir sua proteção, incorporando-a ao espaço durante e após a construção, de modo a minimizar danos e projetar formas de melhorá-la, como o paisagismo com a flora local.

**i)** Objetivo 9 – Parcerias e Meios de Implementação: a sustentabilidade do meio ambiente não deve ficar restrita a soluções técnicas, devendo abarcar a colaboração efetiva, garantindo-se que os esforços estejam alinhados para alcançar um impacto positivo muito maior.

#### **4.3. Das Subcontratações Admitidas:**

Não serão permitidas subcontratações.

#### **4.4. Do Regime de garantia:**

**4.4.1.** A Administração poderá exigir, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, não superior a 1 (um) por cento, como requisito de pré-habilitação.



**4.4.2.** A Administração exigirá garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei Nacional n.º 14.133/2021.

**4.4.3.** Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá alcançar até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.

#### **4.5. Da metodologia BIM**

Não se aplica a metodologia BIM na presente contratação, apesar de representar serviço de engenharia com precificação determinada mediante tabelas referenciais da construção civil, uma vez tratar-se de um único serviço isolado de sondagem, sem a presença de projetos básicos ou executivos para sua execução ou integração com outros sistemas de planejamento projetual.

### **5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO:**

#### **DAS CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DO OBJETO E MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS**

**5.1.** Na execução dos serviços, deverá haver emissão, pela Contratada, de memória onde fique especificado, dimensionado e situado o serviço realizado, com localização clara dos itens através de projetos, registros fotográficos do local e toda documentação comprobatória da execução dos serviços que se fizer necessária, com fotos da situação antes, durante e após a execução do serviço, com vista a permitir o cadastramento e a efetivação das medições, anexando-se estes documentos aos autos do processo administrativo do contrato de execução do objeto ora licitado, demonstrando em planta que acompanhará o relatório da sondagem a locação dos pontos dos ensaios realizados.

#### **5.2. Condições Mínimas para a Contratação:**

**5.2.1.** Disponibilização, pela Contratada, das memórias de cálculo de dimensionamento a eles relativos, acompanhado de os projetos executivos, para fins de verificação da adequação da solução adotada.

**5.2.2.** Realização, pela Contratada, de medições com base nos serviços efetivamente realizados, acompanhadas das memórias de cálculo e de relatório fotográfico contendo a indicação dos locais da execução dos serviços conforme parágrafo 5.1.

#### **5.2.3. Previsão expressa:**

- a) das condições de qualidade dos serviços e aceites previstos: os serviços deverão atender a toda normatização existente visando a qualidade dos mesmos, em especial as NBRs (Normas Brasileiras Regulamentadas) relacionadas aos serviços de sondagem.
- b) Os serviços deverão ser realizados em um prazo de até 15 dias úteis após solicitação formalizada pela Fiscalização, prazo que poderá ser estendido, a critério da Fiscalização, no caso de eventual complexidade ou volume de perfurações na área indicada.

### **6. DA FORMA E DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**6.1.** O fornecedor será selecionado mediante realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO VIA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL e regime de execução de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

**6.1.2.** O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes,



conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, Lei Nacional n.º 14.133/2021).

**6.1.3.** Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação. Deverão ser considerados aceitáveis para a contratação todos os preços dentro do limite estabelecido pelo Orçamento Tomador, ou seja, após a desconsideração dos preços inexequíveis, destoantes e superfaturados.

**6.2.** Valor global: R\$ 801.529,74 – IO = 12/2023.

**6.2.1.** Custos unitários relevantes:

Itens 1.1, 1.2 e 1.3 do Orçamento Tomador.

**6.3.** Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- I. SICAF;
- II. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- III. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

**6.3.1.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**6.3.2.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**6.3.3.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**6.3.4.** O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

**6.3.5.** Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

**6.3.6.** É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

**6.3.7.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**6.3.8.** Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**6.3.9.** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**6.4. DA HABILITAÇÃO:** para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos abaixo discriminados.

#### **6.4.1 Da Habilitação Jurídica**

**a)** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de Lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

**b)** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

**c)** Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

**d)** Sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**e)** Sociedade empresária estrangeira: Portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

**f)** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**g)** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**h)** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**i)** Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

**j)** Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

**6.4.2.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**6.4.3.** A documentação a ser apresentada pelo licitante fica limitada à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.

#### **6.4.5 Da Habilitação Técnica**

**6.4.5.1** Devem ser apresentadas certidões de registro do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), que habilite a empresa nos ramos de engenharia civil ou arquitetura com validade para o presente exercício. Caso a licitante seja de outro Estado da federação, será necessário o visto do CREA/CAU-RJ, quando da assinatura do contrato.



**6.4.5.2** A Contratada deverá comprovar documentalmente que possui, no seu quadro permanente, na data da licitação, ao menos 01 (um) profissional de nível superior detentor de Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privada, acompanhado de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA/CAU, demonstrando-se sua aptidão por já haver sido responsável técnico por atividade pertinente, compatível ou de características semelhantes com o objeto da Licitação. A parcela de maior relevância para a capacitação profissional são os **itens 1.1, 1.2 e 1.3 da planilha orçamentária**.

**6.4.5.2.1.** Somente serão aceitos atestados após a conclusão do contrato ou se decorrido pelo menos um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n.5, de 2017:

**6.4.5.2.2.** O licitante deverá comprovar que os profissionais indicados como responsáveis técnicos pertencem ao quadro da empresa por meio da apresentação da documentação abaixo elencada:

- A.** Cópia autenticada de contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum; OU
- B.** Cópia autenticada da carteira de trabalho expedida pelo Ministério do Trabalho ou Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (GFIP/SEFIP); OU
- C.** Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa, tal comprovação será realizada mediante a apresentação de cópia autenticada do contrato social ou certidão da Junta Comercial, ou ato constitutivo da empresa devidamente atualizado; OU
- D.** Declaração de disponibilidade nos moldes constantes em Anexo do Edital.

**6.4.5.3** A documentação relativa à qualificação técnico-profissional será restrita a:

**a)** apresentação de profissional, regularmente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação.

**b)** certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

**c)** indicação do pessoal técnico, das instalações e dos aparelhamentos adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

**d)** prova do atendimento de requisitos previstos em Lei especial, quando for o caso.

**e)** registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso.

**f)** declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

**6.4.6.** A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância constante no “Termo de Relevância” anexo a este Termo de Referência.

**6.4.7.** Observadas as determinações dos itens ‘a’, ‘b’, ‘c’, ‘d’, ‘e’ e ‘f’ do parágrafo **6.4.5.3**, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

**6.4.8.** Salvo na contratação de obras e serviços de engenharia, as exigências a que se referem os itens ‘a’ e ‘b’ do parágrafo 7.2.2., poderão ser, a critério da Administração, substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, hipótese em que os elementos de informações alternativas aceitáveis deverão ser previstos em regulamento.





**6.4.9.** Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

**6.4.10.** Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos.

**6.4.11.** Os profissionais indicados pelo licitante na forma dos itens 'a', 'b' e 'c' do parágrafo **6.4.5.2** deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, sendo admitida a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

**6.4.12.** Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista no item 'e' do parágrafo **6.4.5.2** por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

**6.4.13.** Será admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico referido nos itens 'a' e 'c' do parágrafo **6.4.5.2**.

**6.4.14.** Na documentação de que trata o item 'a' do parágrafo **6.4.5.2**, não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do *caput* do art. 156 da Lei Nacional n.º 14.133/2021 em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

**6.4.15.** O cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado será avaliada pelo contratante, que emitirá documento comprobatório da avaliação realizada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, o que constará do registro cadastral em que a inscrição for realizada.

#### **6.4.16. Da Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

**6.4.16.1.** Para as habilitações fiscal, social e trabalhista, serão verificados os seguintes requisitos:

- a) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
- b) inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- c) regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.
- d) regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.
- e) regularidade perante a Justiça do Trabalho.
- f) cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7.º da Constituição Federal.

**Parágrafo único:** Os documentos acima referidos poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

**6.4.16.2.** A comprovação de atendimento do disposto nos itens 'c', 'd' e 'e' do parágrafo **6.4.17.1**. Deverá ser feita na forma da legislação específica.

**6.4.16.3.** A comprovação de que o (s) detentor (es) do (s) referido (s) Atestado (s) de Responsabilidade Técnica é (são) vinculado (s) à licitante deverá ser feita através de cópia fidedigna de seu registro de empregado, da (s)





certidão(ões) de Registro do CREA/CAU, do (s) contrato (s) particular (s) de prestação de serviços, do (s) contrato (s) de trabalho por prazo determinado ou através de outros instrumentos que comprovem a existência de um liame jurídico entre a licitante e o (s) profissional (ais) qualificado (s).

**Parágrafo único:** Em se tratando de sócio da empresa, o Contrato Social do licitante comprovará o vínculo.

**6.4.16.3.4.** O profissional indicado será apresentado à fiscalização no momento do início das obras, podendo ser substituído por outro com as mesmas qualificações técnicas profissionais exigidas na forma acima.

#### **6.4.17. Da Habilitação Econômico-Financeira**

**6.4.17.1.** Com vistas a demonstrar e comprovar a aptidão econômica do licitante no cumprimento das obrigações decorrentes do futuro contrato, de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, deverá ser apresentada a seguinte documentação:

a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

b) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

**6.4.17.2.** A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

**6.4.17.3.** Para o atendimento do disposto no parágrafo **6.4.17.1.**, é vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.

**6.4.17.4.** É admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

**6.4.17.5.** A Administração, na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

**6.4.17.6.** Os documentos referidos no item 'a' do parágrafo **6.4.17.1.** limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos.

#### **6.4.18. Da Vistoria**

Considerando que os serviços a serem prestados independem do local da futura e eventual intervenção de projetos ainda a serem elaborados, os quais se resumem ao serviço de sondagem do solo em qualquer local do território do Município de Nova Friburgo, conforme demanda, NÃO HAVERÁ NECESSIDADE/POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO PRÉVIA DE VISTORIA.

#### **6.4.19. Das Formas de Apresentação da Documentação**

**6.4.19.1.** A documentação referida no título anterior poderá ser:

a) Apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Lei.

**6.4.19.2.** As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal.

**6.4.19.3.** Para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional da Contratada, deverá ser apresentado Atestado firmado por órgão público ou por empresa privada, e registrado no CREA/CAU, comprovando haver a licitante executado serviços de características semelhantes e de complexidade tecnológica e operacional



equivalente ou superior à da presente licitação, cujas parcelas de maior relevância, para habilitação das empresas participantes, são os itens 1.1, 1.2 e 1.3 da planilha orçamentária.

**6.4.19.4.** Também para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional da Contratada, caso a empresa não tenha o registro no seu acervo do CREA/CAU, poderá ser apresentado ART/RRT de serviços semelhantes ou poderá haver diligência da Comissão de Licitação para averiguação da veracidade e autenticidade de execução de obra semelhante. Não serão exigidos quantitativos.

## **7. DA GESTÃO DO CONTRATO**

**7.1.** O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as normas da Lei Federal nº. 14.133, de 2021 e a legislação residual incidente, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**7.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**7.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada deverão ser realizadas por escrito, sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**7.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**7.5.** Após a assinatura do Contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial com vistas a para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**7.6.** O gestor do Contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais, de todas as ocorrências relacionadas à execução contratual e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**7.7.** O fiscal administrativo do Contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**7.8.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do Contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor, para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

**7.9.** O gestor do Contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do Contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do Contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração.

**7.10.** O gestor do Contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**7.11.** O gestor do Contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao



seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**7.12.** O gestor do Contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização com vistas a aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Nacional n.º 14.133, de 2021, pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**7.13.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**7.14.** O gestor do Contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de Contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do Contrato.

## **8. DA FISCALIZAÇÃO**

**8.1.** A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do Contrato, ou pelos respectivos substitutos, observado o art. 117 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

**8.2.** O fiscal técnico do Contrato acompanhará a sua execução, para que sejam cumpridas todas as condições nele estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração Pública.

**8.3.** O fiscal técnico do Contrato anotará no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, observado o art. 117 da Lei Nacional n.º 14.133/2021.

**8.4.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do Contrato emitirá notificações para a correção da execução contratual, determinando prazo para a correção.

**8.5.** O fiscal técnico do Contrato informará ao gestor, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**8.6.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução contratual nas datas aprazadas, o fiscal técnico do Contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor.

**8.7.** O fiscal técnico do Contrato comunicará ao gestor, em tempo hábil, o término do Contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

## **9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

**9.1.** A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome de:

**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**  
**CNPJ: 28.606.630/0001-23**  
**ENDEREÇO: Avenida Alberto Braune, 225, Centro, Nova Friburgo.**

**9.2.** Da liquidação da despesa:

**9.2.1.** A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

**9.3.** Do pagamento da despesa:



**9.3.1.** O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

Negativa de Débitos Trabalhistas; Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais; FGTS; PGE – referente à Dívida Ativa Estadual; Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa; Estadual CND – referente ao ICMS.

**9.3.2.** A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

**9.3.3.** Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

**9.3.4.** Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

**9.3.5.** A Licitante deverá apresentar o cronograma físico-financeiro adequado a sua proposta e em conformidade com o percentual previsto para desembolso elaborado pela Administração.

**9.3.6.** Os pagamentos serão efetuados conforme a legislação de regência.

**9.3.7** Quando da apresentação das medições, deverá ser observada a normativaincidente, bem como a manutenção da regularidade fiscal ao longo do contrato.

**9.3.8.** Na última parcela será retido o percentual de 10% (dez por cento) do valor da fatura, até que se comprove toda regularidade fiscal e trabalhista.

**9.3.9.** O valor previsto no parágrafo acima será liberado após a comprovação, pela Contratada, do cumprimento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias, documentadas por meio das respectivas certidões.

**9.3.10.** Caso seja necessário readequar o cronograma físico-financeiro o percentual de 10% (dez por cento), deverá ser mantido na última medição.

**9.3.11.** Não serão concedidos reajustes contratuais quando não houver o cumprimento do cronograma proposto pela Contratada, não justificado pela fiscalização.

**9.3.12.** Na hipótese de atraso no pagamento pela Administração, a aplicação de atualização do valor deverá atender, inicialmente, a legislação que rege a matéria e o menor índice legal previsto.

**9.3.13.** Não será admitida a cessão de crédito pela Contratada.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**10.1.** O valor estimado será de R\$ 801.529,74 (oitocentos e um mil, quinhentos e vinte e nove reais e setenta e quatro centavos).

## **11. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

**11.2.** A Contratação será atendida pela seguinte dotação:

**11.2.1** Secretaria Municipal da Casa Civil:

<b>GESTÃO / UNIDADE</b>	Secretaria Municipal da Casa Civil
<b>FONTE DE RECURSOS</b>	170500000020
<b>PROGRAMA DE TRABALHO</b>	06001.0412200012.002
<b>ELEMENTO DE DESPESA</b>	339039 - 40

**11.2.2** Secretaria Municipal De Obras:

<b>GESTÃO / UNIDADE</b>	Secretaria Municipal de Obras
<b>FONTE DE RECURSOS</b>	172000000017
<b>PROGRAMA DE TRABALHO</b>	10001.1545200181.028
<b>ELEMENTO DE DESPESA</b>	339039 - 40

**11.3.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**11.4.** O orçamento deve estar conformado com o Plano Anual de Contratações, objetivando-se, sobretudo, a sustentabilidade financeira do Município.

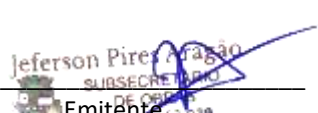

## 12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**12.1.** Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada da planilha de custos e formação de preços.

**12.2.** O presente Termo de referência foi elaborado pelas Secretarias Municipais Requisitantes.

Nova Friburgo/RJ, 28 de fevereiro de 2024.

<hr/> <p>Emitente Luan Leite Feijó Matrícula n.º 115.288</p>	<hr/> <p><b>Rodrigo Jardim Ascoly</b> <b>Secretário Municipal da Casa Civil</b> Matrícula n.º 062.863</p>
--	---

<hr/> <p> Emitente Jeferson Pires Aragão Matrícula n.º 062.039</p>	<hr/> <p> <b>Bernardo Coelho Verly</b> <b>Secretário Municipal da Obras</b> Matrícula n.º 062.009</p>
---	--